



N.º 4

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS
/ DO MANDATO 2025/2029.**

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia:**

1. Substituição de membro na CPCJ.
2. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026:
 - a) Documentos Previsionais de Gestão para o ano de 2026;
 - b) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2026, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
 - c) Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2026, para ocorrer a dificuldades de Tesouraria.
3. Mapa de Pessoal para o ano de 2026.
4. Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receias do Município de Évora | Atualização de valores para o ano de 2026.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão da Assembleia Municipal cumprimentando o Vice-Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, todos os membros da Assembleia Municipal presentes, o público presente e ainda os colaboradores técnicos e administrativos que acompanharam a sessão, que, sem a sua competência, não seria possível assegurar o regular funcionamento dos trabalhos, dos quais a Assembleia dependia.

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo

1ª Secretária – Maria da Nazaré Pereira Lança

2º Secretário - Luís Carlos Fialho Pardal

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

- José Maria Rodrigues Figueira
- Ana Luísa Alferes Lourido (em substituição de José da Silva Costa Russo)
- Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- Isolinda Rosa Pintado Bailote Esperança
- Inês Filipa Castor Ganhão (em substituição de Sérgio Miguel Franco de Oliveira)
- David Miguel Mirrado Lopes
- Paulo José Veiga Ribeiro
- Cláudia Maria Ferreira de Sousa Pereira
- Inês Isabel Justo Nico (em substituição de Paula Cristina Nobre de Deus)
- João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (em substituição de Henrique António de

- 1 Oliveira Troncho)
- 2 - Bernarda Julieta da Noite Cota
- 3 - Redolfo Constantino Pereira
- 4 - Luís Carlos Fialho Ralo
- 5 - Tiago Miguel Parreira Nunes
- 6 - Vítor Manuel Marques Vaqueira
- 7 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 8 - Luís Maria Nunes dos Santos
- 9 - Maria de Lurdes Beraldo de Brito
- 10 - Luís Maria Pestana de Torres Vaz Freire
- 11 - Tomás Prates Lavouras
- 12 - Luís Filipe Cristino Martins Laureano Tirapicos Nunes
- 13 - Ângela Manuel Marques Caeiro
- 14 - Francisco Manuel Branco de Brito
- 15 - Joaquim José dos Santos Lopes Godinho
- 16 - César Luís da Silva
- 17 - Raquel Susana Baía Avó Machado dos Paços António
- 18 - Maria das Dores Molero Marques Costa

19

20 **Ausente:**

- 21 - Ana Cristina das Neves Pires Almaça Caço
- 22

23 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 24 - Jerónimo António Vaqueiro José (em substituição do Presidente da Câmara, José Carlos
- 25 das Dores Zorrinho)
- 26 - Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira
- 27 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 28 - Patrícia José Correia Raposinho
- 29

30 **Ausente:**

- 31 - João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
- 32 - Ruben Filipe Soares dos Santos Rodrigues Miguéis
- 33

34 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

35

36 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público

37 questionando se alguém pretendia intervir e verificando não haver pedidos de intervenção,

38 deu por encerrado aquele ponto.

39

40 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

41

42 **II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

43

44 **Nos termos do n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do Regimento da**

45 **AME, a Assembleia Municipal apresenta o seguinte ponto:**

- 46 1. Substituição de membro na CPCJ.
- 47

48 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que aquele ponto era para a substituição

49 de um membro da CPCJ, referindo que esse membro tinha sido proposto pela CDU e que,

50 por diversas razões, havia abandonado o cargo e o respetivo desempenho de funções, pelo

51 que competia à CDU preencher essa lacuna até ao final do mandato.

1 **O deputado José Figueira** referiu que tinham sido informados, na reunião da Conferência
2 de Representantes que ocorreu no dia 16 de janeiro, de que o membro a ser substituído era
3 um membro indicado pela CDU, e que, até ao final do mandato da CPCJ, deveriam proceder
4 à sua substituição. Referiu ainda que, na semana anterior, tinham informado por e-mail o
5 Presidente da Assembleia Municipal, com conhecimento aos membros da Conferência de
6 Representantes, de que o substituto seria Diogo Vale, médico, natural de Aveiro, licenciado
7 com mestrado integrado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, realizou
8 o internato de formação geral na Unidade Local de Saúde do Alentejo Central e que, naquele
9 momento, era médico interno de Medicina Geral e Familiar na Unidade de Saúde Familiar
10 Salus, em Évora.

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
13 submeteu a presente proposta de substituição de membro na CPCJ, a votação.

14
15 **Deliberação da substituição de membro na CPCJ:**

16 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

17
18 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
19 **seguintes pontos:**

- 20
21 2. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026:
22 a) Documentos Previsionais de Gestão para o ano de 2026;
23 b) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2026, no âmbito
24 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
25 c) Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2026, para
26 ocorrer a dificuldades de Tesouraria.
27
28 3. Mapa de Pessoal para o ano de 2026.
29
30 4. Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receias do Município de Évora |
31 Atualização de valores para o ano de 2026.
32

33 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a matéria em apreço tinha sido proposta
34 pela Câmara Municipal e que seria expectável que esta estivesse representada ao mais alto
35 nível, pelo Presidente da Câmara, no entanto, por razões que certamente todos conheceriam,
36 o Presidente da Câmara não pôde estar presente, tendo a Câmara sido representada pelo
37 Vice-Presidente, Jerónimo José, a quem deu a palavra.

38
39 **O Vice-Presidente da Câmara**, antes de abordar a questão do Orçamento, referiu que estava
40 presente na sessão o Chefe da Divisão da Administração Geral e Financeira, que assegurou
41 a articulação e a organização do Orçamento do ponto de vista técnico, que seria feita, numa
42 primeira fase, uma intervenção de carácter mais geral, enquadrando o contexto político e as
43 decisões de opção, sendo posteriormente apresentada uma explicação de natureza mais
44 técnica pelo Dr. Roberto Salvador, de modo a facilitar a compreensão do documento.
45 Foi ainda salientado que, cumprindo aquilo que era entendido como a exigência legal dos 90
46 dias, se tornou necessário apresentar um Orçamento à Assembleia Municipal, razão pela
47 qual o documento estava a ser apresentado naquele momento.
48 Reconheceu-se, contudo, que o tempo disponível para a sua preparação foi limitado. Ter-se-
49 ia desejado dispor de mais tempo, mas tal não foi possível face às exigências legais.
50 Manifestou-se, ainda assim, a expectativa de que, nos orçamentos futuros, fosse possível

1 trabalhar o documento com maior antecedência, permitindo um diálogo mais alargado com
2 as forças políticas, as instituições e a sociedade civil, de forma a enriquecer o processo.
3 Foi referido que o Orçamento apresentado procurou ser transparente, com o objetivo de
4 reforçar a confiança e promover o desenvolvimento do Concelho. Assumiu-se a ambição de
5 transformar o Concelho com determinação e diálogo, envolvendo as instituições políticas,
6 económicas e sociais, bem como a sociedade civil. Reconheceu-se que esse envolvimento
7 não ocorreu tanto quanto seria desejável naquele momento, pelas razões anteriormente
8 referidas, mas manifestou-se a intenção de aprofundar esse processo no futuro.
9 Foi também sublinhado que se tratava de um Orçamento transparente, que identificava e
10 refletia os constrangimentos financeiros e funcionais da autarquia, apostando
11 simultaneamente em prioridades que permitissem responder à gestão da despesa transitada,
12 consolidar a receita de forma sustentada e dar resposta a problemas concretos das pessoas.
13 Considerou-se que um Orçamento sólido e assente na realidade constituía um pilar decisivo
14 para gerar confiança e financiar políticas essenciais para o bem-estar coletivo, bem como
15 para a transformação progressiva do Concelho e o reforço da capacidade de resposta do
16 Município, com o objetivo de afirmar Évora como uma capital europeia ao Sul.
17 Foi igualmente referido que, através deste Orçamento, se pretendeu dar um impulso
18 significativo a áreas-chave para a qualidade de vida e para a atividade no Concelho. Entre
19 essas áreas destacou-se a limpeza urbana, reconhecendo-se a necessidade de continuar a
20 melhorar e adequar os serviços às novas realidades.
21 Relativamente aos acessos, foi reconhecido que algumas insuficiências de intervenção e um
22 prolongado défice de investimento nas infraestruturas contribuíram para a situação atual.
23 Assim, foi prevista uma verba que, tendo em conta o conhecimento existente, permitiria dar
24 uma resposta que, não sendo a ideal, possibilitaria pelo menos uma programação de
25 intervenções.
26 No domínio da habitação, foi referido o Plano Local de Habitação, com o objetivo de
27 melhorar as capacidades de resposta ao investimento individual, cooperativo e privado. Esse
28 processo enquadrar-se-ia também no debate em torno da aprovação do novo PUE, que se
29 pretendeu participativo e alargado, considerando tratar-se de um documento estruturante
30 para os próximos 10 ou mesmo 20 anos, razão pela qual se considerou fundamental a
31 participação de todos.
32 Foi ainda referido o reforço do investimento na iluminação pública e na segurança,
33 entendendo-se ser necessário melhorar a iluminação da cidade e transmitir uma maior
34 sensação de segurança aos cidadãos. Nesse sentido, foi mencionada a intenção de
35 implementar sistemas de videovigilância, em articulação com a melhoria da qualidade do
36 espaço público, contribuindo para aumentar a sensação de segurança e a satisfação dos
37 cidadãos.
38 Foi igualmente assumido o compromisso de continuar a apoiar as associações e as redes
39 associativas em diversos domínios, bem como de concretizar o plano de educação e saúde
40 no quadro das delegações de competências.
41 Foi também reafirmado o compromisso com a preparação e concretização da Capital
42 Europeia da Cultura de 2027, sublinhando-se que não se pretendia que este fosse apenas um
43 momento pontual, mas antes um processo com reflexos duradouros no futuro, que pudesse
44 manter continuidade para além de 2027.
45 No âmbito da modernização administrativa, foi destacada a aposta na modernização dos
46 serviços municipais, com o objetivo de que a Câmara Municipal se tornasse cada vez mais
47 uma aliada das dinâmicas de desenvolvimento do Concelho. Nesse contexto, foi referida a
48 proposta de implementação de sistemas de informação integrados, entendidos como uma
49 forma de melhorar a organização, a capacidade de gestão e o acesso à informação,
50 promovendo também uma maior interação, comunicação e transparência para com os
51 cidadãos.

K A N

1 Foi igualmente mencionado o gabinete de projetos, que teria como objetivo planificar e
2 desenvolver projetos com maturidade suficiente para aproveitar futuras oportunidades de
3 financiamento, evitando que essas oportunidades fossem perdidas.

4 Concluiu-se, assim, que o Orçamento para 2026 foi considerado um orçamento equilibrado
5 e prudente, apostado em investimento estruturante, estabilidade fiscal e preparação do
6 futuro, tendo como eixo mobilizador a Capital Europeia da Cultura de 2027 e mantendo um
7 forte foco na qualidade de vida, na coesão social e na sustentabilidade do território.

8 Após esta apresentação das linhas gerais, o **Vice-Presidente da Câmara** deu a palavra ao
9 Dr. Roberto Salvador para proceder à apresentação, em termos numéricos, do Orçamento
10 para 2026, com o montante de 110 milhões e 84 mil euros.

11
12 **O Chefe da Divisão da Administração Geral e Financeira, Dr. Roberto Salvador**, após
13 a introdução pelo Vice-Presidente da Câmara, fez a apresentação da parte técnica do
14 documento, o seu enquadramento foi respeitado sempre os princípios legais e orçamentais
15 consagrados na lei. Aquilo que fizemos foi cumprir o que está consagrado no REFALEI, no
16 POCAL, no SNCAP, na Lei de Enquadramento Orçamental, nos mais variados diplomas
17 que estamos obrigados. Em termos globais, este orçamento tem um valor global de 110,84
18 milhões de euros, o que representa um crescimento sensivelmente de 6,84 milhões de euros
19 face ao orçamento de 2025.

20 Ao nível da receita, ela reparte-se numa proporção de 78,13 milhões por receita corrente e
21 32,71 milhões por receita de capital, subdividindo-se em receita fiscal e receita não fiscal,
22 no que diz respeito à receita fiscal, num valor de 21,55 milhões de euros e receita não fiscal
23 no valor de 89,29 milhões de euros.

24 No que diz respeito ao nível da receita fiscal, relacionada com impostos diretos,
25 nomeadamente IMI, IMT, Imposto Único de Circulação de Derrama, ela apresenta um valor
26 de 15,76 milhões de euros, um decréscimo de cerca de 2,11 milhões de euros face ao
27 período de 2025 e em relação à receita relacionada com taxas, multas e outras penalidades,
28 um valor de 5,79 milhões de euros, totalizando estas duas componentes, os tais 21,55
29 milhões de euros.

30 Quanto à despesa, ela acompanha um valor global do orçamento de 110,84 milhões de euros
31 e encontra-se repartida entre despesa corrente no valor de 73,84 milhões de euros,
32 sensivelmente 66,7% da despesa total, e a despesa de capital tem um valor aproximado de
33 37 milhões de euros, que representa 33% da despesa total.

34 As componentes com mais peso na despesa são as despesas com pessoal com um valor
35 aproximado de 33,35 milhões de euros, aquisição de bens e serviços de 31,13 milhões de
36 euros e as transferências correntes com 5,65 milhões de euros e são as três componentes da
37 despesa com o maior peso no total da despesa.

38 Em relação às grandes opções do plano, elas têm um valor global de 65,97 milhões de euros,
39 sendo repartidas entre as atividades mais relevantes do plano de atividades e do plano
40 plurianual de investimentos, na proporção de 28,87 milhões para o plano de atividades mais
41 relevantes e 37 para o plano plurianual de investimentos. Foi feita uma repartição por quatro
42 eixos, em que o eixo com maior representatividade é o eixo do território e sustentabilidade,
43 com um valor aproximado de 35,68 milhões de euros, em que abrange investimentos ao nível
44 do sistema de água, saneamento e resíduos sólidos, a requalificação da rede viária, a
45 requalificação da iluminação pública, a implementação do sistema de videovigilância, a
46 reabilitação do Rossio de São Brás e a reabilitação dos antigos celeiros da EPAC.

47 O segundo eixo com maior representatividade é o eixo de quatro, ou seja, o eixo da
48 modernização administrativa e da gestão e serviço público, que abrange toda a atividade do
49 município administrativa, que tem uma forte componente e um grande impacto neste eixo
50 do serviço da dívida pública, com cerca de 4,63 milhões de euros, os encargos com as

1 instalações, nomeadamente a energia elétrica, as transferências para as Freguesias e a
2 aquisição de máquinas e viaturas e software para os serviços.

3 Passando ao eixo seguinte, que tem logo a seguir a maior representatividade, que é o eixo da
4 coesão social, cultura e saúde, com um valor aproximado de 12,78 milhões de euros. Os
5 investimentos ao nível deste eixo, têm a ver com alguns investimentos no âmbito da Capital
6 Europeia da Cultura, nomeadamente a reabilitação do Convento dos Remédios, a aquisição
7 de equipamentos para espaços culturais, nomeadamente a Arena de Évora, a valorização das
8 Termas Romanas, a requalificação das piscinas, substituição dos filtros das piscinas, o apoio
9 financeiro ao associativismo juvenil e desportivo e o programa de animação cultural e
10 turística.

11 Por último, e focado o eixo da economia, educação e turismo, com um investimento de cerca
12 de 5,95 milhões de euros, que se foca no desenvolvimento económico e educativo, onde
13 destacamos aqui o reforço da capacidade operacional do Aeródromo Municipal, a
14 substituição da vedação e da portaria. Também o investimento ao nível da implementação
15 dos bairros comerciais digitais. No âmbito da educação, a confeção, o transporte e
16 distribuição de refeições escolares, a implementação do Plano Concelhio de Transportes
17 Escolares e Especiais e os contratos interadministrativos de transferências de competências.
18 De uma forma geral e de uma forma global é em síntese estas seis linhas gerais deste
19 documento estratégico e que estão explanadas no documento que está submetido à vossa
20 apreciação.

21
22 **O Vice-Presidente da Câmara** terminou com uma palavra de agradecimento a toda a equipa
23 que trabalhou no documento em menos de 90 dias, prazo que se completaria no dia 31.
24 Referiu que foram efetuadas opções compatíveis com o programa eleitoral e com as
25 orientações políticas, bem como com as diferentes necessidades de escolha.

26 Agradeceu ainda, na pessoa do Diretor do Departamento, Dr. Luís Pires, e do Chefe de
27 Divisão, Dr. Roberto, a todos os técnicos e demais intervenientes que participaram e
28 tornaram possível, nesse período inferior a 90 dias, a elaboração do orçamento para
29 apresentação.

30 Acrescentou que, no dia anterior, se realizou a Comissão Municipal da Juventude, nos
31 termos legalmente exigidos, para emissão de parecer relativamente ao orçamento. Indicou
32 que a Comissão emitiu um parecer globalmente favorável, acompanhado de algumas
33 recomendações, referindo que, compreensivelmente, consideravam que as medidas políticas
34 dirigidas à juventude deveriam ser mais reforçadas e aperfeiçoadas no orçamento, embora
35 existissem medidas não exclusivamente direcionadas para a juventude incluídas noutras
36 rubricas do documento.

37
38 **O deputado Redolfo Pereira** antes de iniciar a sua intervenção, dirigiu, em seu nome
39 pessoal e em nome da bancada do Partido Socialista, um grande abraço ao Presidente da
40 Câmara, Professor Carlos Zorrinho, pelo momento que estava a atravessar, e leu o seguinte
41 documento:

42 *“Estamos hoje aqui a analisar, discutir e votar o primeiro plano e orçamento deste mandato.
43 Trata-se do início da concretização de um compromisso político e estratégico com o futuro
44 do concelho de Évora.*

45 *Um futuro que o Executivo da Câmara Municipal, assumiu e assume perante os cidadãos e
46 que agora por esta via começa naturalmente a ganhar forma concreta.*

47 *Marca o início de um novo ciclo de governação municipal e esse ciclo assenta em pilares
48 fundamentais do nosso ponto de vista, como sejam, a agenda social, a modernização dos
49 serviços, a habitação, a competitividade e a promoção efetiva do desenvolvimento
50 económico.*

N. W
N

1 Um projeto de transformar Évora e reposicionar Évora como uma grande Capital Europeia
2 ao Sul. É para nós, eleitos do Partido Socialista esta a visão que traduz o compromisso de
3 construir um concelho para todos, inclusivo, sustentável e capaz de gerar oportunidades
4 para todos os eborenses e para aqueles que queiram vir para cá viver, trabalhar ou estudar.
5 Gostava também de salientar aqui o enfoque que neste plano e orçamento da Câmara
6 Municipal é dado à habitação e a aposta clara na resolução dos problemas e
7 constrangimentos com a habitação no concelho.

8 Durante anos ouvimos aqui nesta casa e também em Reuniões de Câmara, diversas
9 intervenções no âmbito do Plano Local de Habitação, e diversos apelos e solicitações para
10 a execução de loteamentos fundamentais para o desenvolvimento de Évora, que na prática
11 se traduziram em muito pouco ou nada.

12 É tempo do novo executivo começar a construir uma outra visão para o concelho a este
13 nível, para fazer face à emergência e à implantação de uma política que nos traga uma
14 mudança de paradigma, desde logo, com a criação de um Espaço Habitação, a agilização
15 de processos que se encontram pendentes, a implementação do Plano de Urbanização de
16 Évora e um especial ênfase para a inclusão dos casais jovens e dos jovens, é fundamental
17 encontrar respostas para estes, para além da aposta firme na habitação social.

18 Esta e outras medidas que estavam plasmadas no programa eleitoral do Partido Socialista
19 e que naturalmente começam agora a ganhar corpo neste primeiro plano e orçamento, de
20 modo a que se consiga fazer um verdadeiro plano de mudança no concelho.

21 E neste plano e orçamento constatamos que essa mudança começa desde logo pela
22 modernização dos serviços, assente numa nova visão e numa nova forma de abordagem no
23 relacionamento com o exterior, entendendo-se este como a relação com os munícipes, o
24 tecido empresarial, o tecido associativo e os visitantes, tal como deve ser o desígnio de
25 qualquer serviço público.

26 Para esse efeito, podemos desde já comprovar que neste plano e orçamento estão
27 consagradas as seguintes medidas:

28 • A criação do já falado Espaço Habitação, que visa promover o acesso à habitação em
29 todo o Concelho, incentivando a reabilitação e a construção com procedimentos
30 simplificados.

31 • A criação do Espaço Associativismo, que pretende promover uma relação mais próxima
32 e eficaz entre o Município e as associações locais.

33 • A Dinamização do Espaço Jovem, que pretende promover vantagens e incentivos à sua
34 participação cívica e cultural.

35 • A criação de um Espaço do Investimento para apoiar o empreendedorismo e atrair
36 investimento para o Concelho.

37 • E a criação do Gabinete Municipal de Projetos, que é fundamental para a diversificação
38 de fontes de financiamento ao dispor do município, mas também para a criação de novos
39 projetos para o desenvolvimento do concelho, que não seriam possíveis de realizar através
40 de fundos próprios, devido aos constrangimentos financeiros da Câmara.

41 Uma parte dos investimentos previstos neste documento, decorre de projetos associados a
42 dois importantes momentos ímpares na longa história da cidade e do Concelho, Évora
43 Capital Europeia da Cultura 2027 e o Hospital Central do Alentejo. Estes são projetos
44 assumidos em mandatos anteriores, mas que é urgente agilizar e executar, porque o tempo
45 não para e são projetos fundamentais para os eborenses, mas também para a consolidação
46 de Évora como Capital Europeia ao Sul.

47 Mas este Orçamento é também um orçamento transparente, de contas certas, e de
48 sustentabilidades financeiras, e isto é importante, é um ponto de honra para o Partido
49 Socialista que quero aqui salientar.

50 Este é um Orçamento de 110 milhões de euros, superior em cerca de 7 milhões ao do ano
51 anterior, em grande parte devido à necessidade de inscrever verbas para os projetos de

1 *Évora 2027 e do Hospital Central do Alentejo. É também um Orçamento prudente e rigoroso*
2 *no que diz respeito à gestão da despesa transitada do mandato anterior no valor de 26*
3 *milhões de euros, mas também à necessidade de arrecadar receita.*

4 *Ao nível da receita, verifica-se, tal como em anos anteriores, uma elevada dependência das*
5 *transferências provenientes da Administração Central. Ainda assim, saúda-se o facto de se*
6 *procurar captar receita, não através do aumento da carga fiscal sobre os eborenses, mas*
7 *antes, através da tentativa de cobrança das dívidas relativas a consumos de água,*
8 *saneamento e resíduos sólidos, que no final do ano anterior ascendia sensivelmente a 6*
9 *milhões de euros.*

10 *Quanto à despesa, nomeadamente à despesa corrente constatamos que as maiores rubricas*
11 *de despesa, são as despesas com pessoal com um valor de 33,3 milhões de euros e a*
12 *aquisição de bens e serviços com um valor de 31,1 milhões de euros.*

13 *Relativamente ao Investimento, este é um Orçamento ambicioso, prevê afetar uma verba de*
14 *cerca de 30 milhões de euros, que para além dos já referidos projetos de Évora 2027 e do*
15 *Hospital Central do Alentejo, prevê a realização de projetos estruturantes e impactantes*
16 *tais como: a requalificação do Rossio de São Brás, a Modernização Administrativa e*
17 *transição digital da Câmara, a Requalificação da Iluminação Pública, o reforço da*
18 *capacidade operacional do Aeródromo de Évora, e a tão necessária e urgente Intervenção*
19 *na Rede Viária.*

20 *Para esta intervenção estão previstos desde já 3,1 milhões de euros, é um valor de partida*
21 *para uma intervenção urgente e que também, a breve prazo, será criado e implementado um*
22 *Plano de Intervenção na Rede Viária em todo o concelho, com alocação de mais recursos*
23 *financeiros.*

24 *No Investimento, prevê-se também e no âmbito da saúde, a construção das três novas*
25 *extensões de saúde em freguesias rurais, que visam essencialmente melhorar a prestação de*
26 *cuidados de saúde a estas populações.*

27 *Este primeiro plano e orçamento, abre também as portas a um ponto que é essencial para*
28 *este novo executivo da Câmara Municipal, para além de conter boas políticas, para além*
29 *de existirem estratégias bem definidas, para além de ir de encontro àquelas que são as*
30 *necessidades dos eborenses, este executivo municipal pretende também a promoção de uma*
31 *cultura de diálogo e parceria com todas as Juntas e Uniãos de Freguesia do concelho,*
32 *principalmente através da realização de reuniões temáticas periódicas, pois não há boa*
33 *governança do município se não existir também o envolvimento das Juntas e Uniãos de*
34 *Freguesia em diversas matérias.*

35 *É com o envolvimento do executivo da Câmara e dos Presidentes de Junta e Uniãos de*
36 *Freguesia, que se constrói um concelho atrativo, um concelho competitivo e que nos possa*
37 *levar a patamares de desenvolvimento totalmente diferentes.*

38 *Por fim, importa referir que o sucesso deste Plano e Orçamento depende, em grande parte,*
39 *da conjugação e articulação de três fatores fundamentais: a gestão da despesa transitada,*
40 *a capacidade de arrecadação de receita e a resposta eficaz aos problemas concretos das*
41 *pessoas.*

42 *Este é o desafio imenso que o executivo da Câmara tem pela frente.”*

43
44 **O deputado Paulo Ribeiro** começou por endereçar as condolências ao Sr. Presidente da
45 Câmara e também à professora Maria de Lourdes Zorrinho, que tinha sido sua professora,
46 manifestando-lhes muita força nessa fase. Em segundo lugar, dirigiu uma palavra de apreço,
47 de agradecimento e de reconhecimento às autoridades, à proteção civil, aos bombeiros e a
48 todos os agentes que tinham sido incansáveis nos últimos dias e nas últimas semanas, período
49 em que tinham ocorrido intempéries diárias. Referiu que os cidadãos tinham sentido essa
50 segurança percecionada diariamente, em face do trabalho desenvolvido ao longo dessas
51 horas por parte dessas entidades. Em terceiro lugar, e num sentido mais positivo, apresentou

N-2

os parabéns ao Sr. Deputado Francisco Branco Brito pela presidência da ANAFRE, desejando-lhe um excelente mandato. Acrescentou que sempre tinham estado do lado da solução e que assim continuariam formulando votos de trabalho profícuo e de que tudo corresse bem. Relativamente ao orçamento propriamente dito, afirmou que sempre tinha encarado o facto de estar na oposição numa perspetiva de contributo, no sentido de levar a que se fizesse, e nunca numa perspetiva de obstaculizar. Por conseguinte, considerou importante saudar o executivo, tendo em conta o hiato de tempo entre o dia 12 de outubro e o dia da sessão, bem como o pouco tempo de que tinham disposto para construir um documento dessa magnitude, que classificou como estruturante. Referiu que se vivia um momento eminentemente político, mas considerou que os documentos lhe pareciam simples e claros, entendendo que as prioridades estavam identificadas, que existiam ferramentas para fazer face aos diversos desafios e aos projetos elencados. Concluiu afirmando que votaria favoravelmente o orçamento, desejando que tivesse a maior execução possível em prol dos concidadãos.

O deputado José Figueira leu o seguinte documento:

“Estamos perante o primeiro orçamento do presente mandato e certamente um orçamento e umas opções do plano que certamente poderão ter tido alguma reflexão e algum tempo na sua elaboração.

Permitam-nos algumas considerações de enquadramento, sobre como nós observamos “o documento de gestão”, tal como se pode inferir na formulação do ponto dois da ordem dia na sua alínea a).

- *Estamos perante um documento de cariz:*

- a) *meramente técnico, orçamental e contabilístico ...*

- b) *sem visão sobre a construção do futuro... para os cidadãos, para a economia e para o desenvolvimento cultural e social;*

- *Estamos perante um documento desprovido de:*

- c) *orientação estratégica, sem enquadramento, sem opções políticas, sem ações e sem compromissos para com as Populações e o Reforço das respostas e funções do Município, enquanto verdadeiro serviço público de proximidade e do Desenvolvimento do concelho de Évora;*

Importa dar conta, para que dúvidas não existam, que vimos e acompanhamos a reunião do Executivo Municipal, na passada quinta-feira, dia 22, e verificamos que em face dos questionamentos e preocupações manifestadas pelo vereador da CDU, sobre um conjunto de temas fundamentais que transitaram do anterior mandato, que as respostas por parte do executivo do PS ou não existiram de forma objetiva ou foram feitas meras considerações.

- *Isto porque na verdade, os desafios que Évora tem pela frente mereciam, porque havia tempo para isso, uma oportunidade de discussão mais alargada temporalmente, para assegurar um contributo da oposição, e neste caso da CDU, mais propositivo mais aprofundado;*

- *Não foi esse o entendimento do executivo do PS e assim aqui estamos hoje, perante um orçamento e opções do plano, que nos merecem muitas interrogações e reticências sobre o caminho que se pretende trilhar.*

- *Desde logo, importa afirmar que a CDU com a força que o Povo lhe deu, nas últimas eleições autárquicas, não vai deixar de intervir, de criticar, o que deve ser e de manifestar a sua opinião positiva quando assim for reconhecido.*

E nesse âmbito, dizemos e balizamos o que em nossa opinião não deve ser colocado em causa neste orçamento para 2026:

- a) *O processo de recuperação financeira da autarquia tem de prosseguir, não devendo ser postos em causa os esforços feitos nos últimos anos, incluindo a compatibilização*

1 entre o saneamento financeiro e a realização de investimentos necessários ao
2 concelho e às populações;

3 b) A consolidação da recuperação financeira deve ser feita preservando os interesses
4 das populações, significando, por conseguinte, que não são aceitáveis agravamentos
5 de impostos, taxas e tarifas nem o comprometimento de funções sociais da autarquia
6 ou atividades e investimentos previstos e programados com impacto social
7 relevante;

8 c) As opções orçamentais devem corresponder ao objetivo de melhoria dos serviços
9 municipais, contrariando opções de privatização ou externalização de serviços
10 municipais ou de desvalorização dos trabalhadores municipais e de ataque aos seus
11 direitos.

12 d) E tendo por princípio os pressupostos enunciados questionamos:

13 • *Questões dos relacionadas com o Pessoal:*

14 - Cruzando com a Proposta de Quadro de Pessoal, perguntamos qual o motivo para o
15 executivo do PS abandonar a possibilidade que a lei lhe dá sobre as “Alterações de
16 posicionamento remuneratório através de Opção Gestionária”, com implicações na
17 penalização dos trabalhadores?

18 - Tem o executivo do PS plena consciência da opção tomada, dos efeitos desse abandono,
19 com a diminuição de mais 600 mil euros do orçamento da despesa nas verbas atribuídas ao
20 posicionamento remuneratório (tanto obrigatória como facultativas)?

21 - É uma opção consciente do executivo da redução de pessoal (isto mesmo declarado pelo
22 Sr. Presidente na reunião de CM de dia 22), com contrato tempo indeterminado (contrato
23 permanente) e do aumento do trabalho precário, ou seja, o aumento em mais de 400 mil
24 euros, de encargos com trabalhadores com contrato a prazo?

25 • *Sobre Habitação e Plano Local de Habitação*

26 A CDU considera que o PLH é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento do
27 Concelho.

28 Contrariamente àquilo que é vinculado pela CS, como sendo palavras do Sr. Presidente, na
29 sequência da aprovação do Orçamento na reunião de CM de 22 de janeiro, estamos muito
30 preocupados com a hipótese de rotura da política de habitação e com a implosão do Plano
31 Local de Habitação assinado com o Governo no valor de 67M€.

32 Qual a explicação que o Executivo dá para o facto, de ser prever apenas a execução de 1,7
33 milhões de euros na construção do Centro de Acolhimento de Urgência e Temporário?

34 Perguntamos, onde está a assunção do desenvolvimento dos loteamentos municipais do
35 Moinho e do Escurinho? Onde está a aquisição de terrenos para construção (incluindo o
36 antigo Viveiro) e de prédios para recuperação?

37 Cabe perguntar ao Executivo PS, se aceita deixar cair o compromisso de financiamento a
38 100% por via do PRR aceitando, em alternativa, assume um esquema com financiamento a
39 fundo perdido de 80% e comparticipação de 20%?

40 Cabe perguntar, quem paga os 20%, são 14 M€. vão ser suportados pelo Município? São
41 suportados pelos beneficiários do PLH e de candidaturas já entregues, como por exemplo
42 a Santa Casa da Misericórdia? Ou são suportados pelos proprietários particulares?

43 *Novo Hospital Central Publico do Alentejo*

44 Para o Novo Hospital Central Público do Alentejo, que estando previstos no orçamento
45 para 2026, 4.088.561€ para as acessibilidades, agora que Ministério da Saúde assumiu as
46 suas competências, como sempre foram, de dono da obra, cabe perguntar:

47 - Se há ou não previsão para a assinatura do protocolo com o Ministério da Saúde?

48 - Para quando, qual a precisão do lançamento da empreitada, e como estão as negociações
49 com o IMT e IP sobre a desqualificação do troço da estrada N114?

N. 14
M

1 - Como está o projeto e previsão da obra do abastecimento principal de energia ao Hospital
2 da responsabilidade do Ministério da Saúde? E se se corre o risco, ou não, de termos a
3 cidade esvaziada em 2027?

4 Capital Europeia da Cultura _Evora 2027

5 Perguntamos ao executivo PS, sobre onde param os projetos sobre os quais o Município
6 assumia responsabilidades de desenvolvimento («Poesia Popular», «Património, Diálogo e
7 Futuro» (no âmbito da Organização das Cidades Património Mundial), «Bibliotecas Vivas»
8 e «Mé Vizinho» (no âmbito do Plano Local de Habitação) projetos associados à identidade,
9 cultura, habitação e de cooperação internacional ...pois só estão considerados os projetos
10 identificados na requalificação urbana?

11 Transferência de Competências – a Educação

12 A transferência de competências da Administração Central, em particular na área da
13 Educação, cujas consequências têm vindo a ser denunciadas pela CDU, revelando-se
14 preocupante o facto de nada ser referido no Orçamento da CME para 2026, em relação ao
15 enorme défice que rondará os 3 milhões de euros, com graves repercussões na
16 sustentabilidade financeira da autarquia.

17 Como pensa o executivo recuperar esse montante?

18 Sobre o ORÇAMENTO

19 O executivo anuncia um Orçamento de mais 110 milhões de euros, ou seja, mais de 6M€ do
20 que em 2025.

21 Ainda que surja uma diminuição das receitas com origem nos impostos diretos (-2M€) que
22 já se vinham sentido de uns anos a esta parte, surge um aumento de receitas,
23 comparativamente com 2025, nomeadamente:

24 Nas Taxas, Multas e outras penalidades de mais 2,3M€.

25 Mas o que nos preocupa e que gostaríamos de ter uma informação mais detalhada verifica-
26 se no aumento das Receitas nas Taxas Diversas em particular nas Taxa Fixa da Água,
27 Saneamento e RSU com aumentos de mais 40%?

28 E também na Venda de Bens e Serviços

29 Onde na Água há um aumento da receita de mais de 2M€, aumento de 69%.

30 Saneamento um aumento de 1,8M€, igualmente 69% de aumento.

31 Lixos (RSU) um aumento da receita de 1M€, 79%.

32 E nos Parques de Estacionamento um aumento de receita de 53%, mais de 340 mil euros.

33 Ou seja, só nestas 4 rubricas há um aumento das receitas de mais 5M€...

34 Gostávamos de ter uma justificação sobre estes aumentos? cujos serviços muito dizem as
35 Populações e ao custo de vida das mesmas."

36
37 **O deputado César Silva** leu o seguinte documento:

38 "Este orçamento não pode ser analisado isoladamente. Deve ser lido à luz de um município
39 largamente endividado, com compromissos plurianuais até 2030, e com margem financeira
40 cada vez mais reduzida.

41 Quando comparamos este orçamento com o de 2025, não encontramos uma rutura,
42 encontramos uma repetição.

43 Mais de 80% deste plano está comprometido com despesas correntes, contratos e
44 transferências obrigatórias.

45 Apesar do enquadramento de dívida elevada, não se observa uma estratégia clara de
46 contenção.

47 A estrutura de custos mantém-se praticamente inalterada até 2030. Não existe previsão de
48 reformas estruturais, apenas consolidação.

49 Em 2026 o município prevê pagar aproximadamente 4,63 milhões de Euros em amortizações
50 de empréstimos e cerca de 1,96 milhões de euros em juros e encargos financeiros, sendo o
51 custo anual da dívida de cerca de 6,6 milhões de euros.

1 Pergunto:

2 1. Existe um plano de redução da dívida ou apenas de gestão da mesma?

3 2. O executivo prevê iniciar uma redução efetiva da dívida? Tem alguma meta concreta?
4 Tenciona apresentar durante o seu mandato um plano público de consolidação financeira
5 municipal? Achamos que isto é o mínimo que os eborenses estão à espera que faça.

6 Conhecemos o objetivo deste executivo para Évora de uma “Grande Capital Europeia ao
7 Sul” não sabíamos que implicava também um grande orçamento, 30 a 70% acima de
8 municípios estruturalmente comparáveis. Apresentando este orçamento de 110,9 milhões de
9 euros.

10 3. Sabe o executivo qual o valor máximo que seria financeira sustentável, sem recorrer a
11 dívida ou a fundos extraordinários?

12 Existe um discurso de contenção que demonstra ser apenas teórico dado que são mantidas
13 as despesas correntes inflexíveis. A título de exemplo, custos com eletricidade projetados de
14 forma quase constante até 2030 com aproximadamente 3,1M€/ano, sem uma evidência de
15 redução progressiva, apesar de mencionarem uma “Estratégia de Eficiência Energética”.”
16

17 **O deputado Gonçalo Costa** acompanhou a intervenção do deputado Paulo Ribeiro, tendo
18 manifestado ao Presidente da Câmara e à família os seus sentimentos pela perda da sua ente
19 querida. Felicitou o deputado Francisco Brito pela sua futura eleição para a Presidência da
20 ANAFRE, referindo que tal constituía um motivo de orgulho, e expressou uma palavra de
21 apreço a todos aqueles que, em tempos difíceis, tinham procurado minimizar os
22 constrangimentos para a população. Retomando o cerne das questões da Assembleia
23 Municipal, afirmou que, por vezes, tinha a sensação de estar perante uma realidade paralela
24 naquele fórum, considerando ser comovente a visão apresentada pelo PCP, distinta da
25 percecionada pela generalidade dos cidadãos. Referiu que, ao longo de 12 anos da anterior
26 governação do PCP, a força política passou de maioria absoluta a maioria relativa, com
27 apenas um vereador no mandato atual, entendendo que tal refletia a avaliação feita pela
28 população de Évora. Acrescentou que várias das questões então levantadas pelo Deputado
29 José Figueira, de forma veemente, não haviam sido objeto de preocupação durante, pelo
30 menos, os quatro anos do seu anterior mandato, apesar de terem sido amplamente colocadas.
31 Enumerou, nesse contexto, temas como os projetos de Évora Capital Europeia da Cultura,
32 as acessibilidades ao hospital, as ligações elétricas e a habitação, afirmando que, à época,
33 eram apresentados como estando resolvidos, num cenário que descreveu como uma
34 “Évoralândia”, uma maravilha. Referiu ainda que as preocupações anteriormente levantadas
35 passaram, no presente, a integrar o quotidiano do debate político. Considerou, por outro lado,
36 que teria sido útil a realização de um escrutínio e debate alargado sobre o mandato da CDU,
37 com um balanço em Assembleia Municipal, conforme anunciado pelo Presidente, mas que
38 não chegou a concretizar-se. Por fim, afirmou que a situação atual da rede viária de Évora
39 constituía, na sua perspetiva, uma metáfora da governação da CDU, caracterizando-a como
40 um conjunto de problemas estruturais que o atual Executivo passou a enfrentar diariamente.
41 Acrescentou que aguardava com expectativa os resultados da auditoria em preparação,
42 defendendo que os mesmos permitiriam esclarecer a atuação da CDU nos últimos anos.
43 Concluiu afirmando que, no seu entendimento, a rede viária ilustrava uma prática de
44 ocultação de problemas estruturais, cuja resolução ficou a cargo do executivo subsequente.
45

46 **O Vice-Presidente da Câmara** agradeceu as intervenções e referiu que procuraria
47 responder, dentro do possível, às questões colocadas pelo deputado José Figueira, da CDU.
48 Indicou que as opções tomadas refletiam o programa eleitoral apresentado, reconhecendo a
49 divergência face às posições da CDU, mas sublinhando que essa escolha já havia sido feita.
50 Acrescentou que existiam opiniões distintas quanto à existência de uma visão ou ao eventual
51 excesso de ambição, considerando que a resposta poderia situar-se num ponto intermédio.



1 Relativamente à opção gestionária, referiu que a preocupação manifestada era legítima, mas
2 destacou que, na prática, ao analisar o orçamento de 2025 apresentado pela CDU, o valor
3 inicialmente previsto rondava os setecentos mil euros, tendo a dotação corrigida no final do
4 ano ficado próxima dos 25 a 26 mil euros. Reconheceu que verbas terão sido redistribuídas
5 para outras rubricas, compreendendo a mensagem política associada à defesa dos
6 trabalhadores, mas salientando a diferença substancial na execução.

7 Quanto à redução de pessoal, afirmou que tal não correspondia à realidade. Indicou que
8 poderiam ocorrer saídas por aposentação ou mobilidade, mas que estas seriam compensadas,
9 podendo até haver necessidade de reforço de recursos humanos. Referiu ainda a existência
10 de elevado absentismo, exigindo respostas imediatas para assegurar o funcionamento dos
11 serviços, não sendo intenção reduzir o pessoal para além do ajustamento normal ao
12 funcionamento adequado dos serviços.

13 No que respeita à política de habitação e investimento, referiu que esta se encontrava
14 refletida no plano plurianual de investimento, nomeadamente nos projetos do Moinho 1 e
15 dos lotes do Escurinho, em articulação com a Habévora. Indicou que esta era a opção do
16 executivo. Acrescentou que, apesar de a CDU ter defendido durante anos o plano local de
17 habitação, o mesmo ficou aquém das expectativas e necessidades do território. Referiu ainda
18 que o programa em curso se encontrava em fase final e que dificilmente o que não foi feito
19 anteriormente poderia ser concretizado por essa via. Mencionou que, segundo informação
20 disponível, o Governo pretendia substituir o modelo de financiamento após o término do
21 PRR, mantendo o foco no aumento da habitação, embora sem definição concreta do novo
22 modelo.

23 Relativamente ao Hospital, afirmou que existia acordo entre o município e o Ministério da
24 Saúde quanto à forma de assinatura do protocolo. Indicou que, em contacto recente com o
25 Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central,
26 foi transmitido que a verba já se encontrava disponível, aguardando-se a delegação de
27 competências para formalização do acordo. Referiu que a expectativa era a assinatura até ao
28 final de janeiro ou, em alternativa, no início de fevereiro.

29 Quanto às negociações relativas ao troço da estrada, esclareceu que o processo não se
30 encontrava concluído, existindo divergências entre o entendimento do IMT e o dos serviços
31 municipais, estando a ser diligenciado um agendamento com o IMT e o IP para resolução da
32 situação.

33 Relativamente aos projetos da Capital Europeia da Cultura 2027, afirmou que a intenção era
34 manter o maior número possível de iniciativas sob responsabilidade do município, podendo
35 haver ajustamentos nos modelos de execução, mas preservando os princípios definidos.

36 No que concerne ao fornecimento de eletricidade ao Hospital, referiu que a competência
37 caberia ao Ministério ou à Unidade Local de Saúde, tendo o município manifestado
38 disponibilidade para colaborar de forma célere com as entidades competentes. Expressou a
39 expectativa de que a situação não se colocasse em 2027, ano previsto para o início de
40 funcionamento do Hospital.

41 Sobre a receita, indicou que anteriormente não havia prática de integrar receita não cobrada
42 no orçamento, tendo agora sido incluída por se tratar de valores devidos, refletindo a intenção
43 de cobrança no orçamento de 2026. Acrescentou que cerca de 25% do orçamento
44 correspondia a compromissos transitados de 2025, assumidos com responsabilidade, o que
45 poderia transmitir uma ideia de continuidade.

46 Relativamente à dívida, referiu que a sua reestruturação estava em análise, admitindo a
47 possibilidade de condições mais vantajosas no mercado, embora dependente de negociação
48 com as entidades bancárias. Indicou que existia um plano de pagamento da dívida de longo
49 prazo que vinha sendo cumprido e que a intenção era mantê-lo, admitindo a possibilidade de
50 renegociação para obtenção de maior margem financeira.

1 Concluiu que as necessidades de investimento do concelho não permitiam ir além do plano
2 de pagamento acordado, defendendo a importância de investir nas necessidades das
3 populações, nomeadamente em infraestruturas básicas, acessibilidades, higiene urbana e
4 qualidade da intervenção urbana. Sublinhou que não seria adequado sacrificar as
5 necessidades atuais das populações em função exclusiva da dívida, embora mantendo o
6 compromisso com o seu cumprimento. Defendeu ainda a canalização de recursos para a
7 melhoria das condições de vida, valorização do território, investimento no património e
8 dinamização da economia local, manifestando otimismo quanto ao cumprimento dos
9 objetivos propostos.

10
11 **O deputado Francisco Figueira** começou por deixar uma palavra de solidariedade,
12 referindo que a última madrugada e as primeiras horas daquele dia não tinham sido fáceis,
13 tendo sido momentos difíceis para muitos eborenses que viram alguns dos seus bens
14 atingidos. Nesse sentido, expressou solidariedade para com a população afetada pela
15 intempérie que a todos afligira. Deixou igualmente uma palavra de reconhecimento e
16 agradecimento às forças da Proteção Civil, aos bombeiros e aos funcionários da Câmara
17 Municipal, que, desde as primeiras horas do dia, se empenharam em minimizar e ultrapassar
18 as dificuldades. Dirigiu também uma palavra pública de solidariedade ao Senhor Presidente
19 da Câmara pela perda sofrida, referindo que, logo que tiveram conhecimento da situação, se
20 disponibilizaram, através do contacto com a Presidência da Mesa, para que pudesse haver
21 adiamento da Assembleia, caso esse fosse o entendimento. Contudo, não tendo sido essa a
22 decisão da Câmara Municipal, afirmou que estavam presentes a cumprir o seu papel
23 democrático. Em nome da sua bancada, agradeceu as felicitações dirigidas ao indigitado
24 Presidente da ANAFRE, que veria o seu mandato, em princípio, reconhecido no fim de
25 semana seguinte, no Congresso a realizar em Portimão. Assinalou, no entanto, a adesão e o
26 regozijo manifestados na mesma Assembleia Municipal que, de forma democrática e
27 legítima, havia impedido o Presidente da Junta do Centro Histórico de participar no
28 Congresso da Associação Nacional de Municípios, referindo que era positivo que agora
29 todos manifestassem satisfação com a situação, evocando o ditado de que diz “após o
30 batizado realizado, não faltam padrinhos”. Entrando na matéria do orçamento e das Grandes
31 Opções do Plano para 2026, afirmou que, reconhecendo que o atual Executivo estava em
32 funções há cerca de uma dúzia de semanas, compreendiam a dificuldade de elaborar um
33 orçamento num prazo tão curto. Ainda assim, considerou que o documento trazia
34 simultaneamente esperança e inconsequência. A esperança residia no facto de ser o primeiro
35 orçamento em que se esperava pôr termo ao descontrolo e à gestão incompetente que, na sua
36 perspetiva, haviam afetado a Câmara de Évora nos últimos anos. Referiu que a cidade tinha
37 sido conduzida a uma situação de desorganização administrativa e financeira, bem como a
38 um estado que considerou calamitoso em matérias fundamentais, como a rede viária e a
39 limpeza urbana, funções que classificou como básicas de qualquer autarquia. Lamentou essa
40 realidade, afirmando sentir vergonha pela situação a que a cidade e a população tinham sido
41 conduzidas.

42 Atribuiu ao Partido Socialista a responsabilidade principal pela resolução da situação, por
43 exercer o executivo em maioria relativa, mas salientou igualmente que, durante quatro anos,
44 aquele partido sustentara uma minoria que, na sua perspetiva, contribuiu para a situação
45 existente, referindo que agora lhe cabia receber essa herança. Quanto à inconsequência do
46 orçamento, considerou-o insuficiente face às necessidades existentes. Reconheceu, contudo,
47 que o curto período de funções dificultava uma avaliação completa da situação e uma
48 planificação mais rigorosa. Ainda assim, afirmou que áreas como a limpeza, as vias de
49 circulação e a habitação estavam aquém do necessário. Relativamente à Capital Europeia da
50 Cultura, manifestou preocupação com o facto de, apesar de durante anos se ter afirmado que
51 os projetos estavam preparados, se ter verificado posteriormente a inexistência de projetos

X. H
n

1 com maturidade suficiente para candidatura, com uma única exceção relevante. Acrescentou
2 que a Câmara não se encontrava em condições de apresentar candidaturas, mesmo que
3 existissem verbas disponíveis. Demonstrou igualmente preocupação pelo facto de não
4 estarem previstos no orçamento os 10 milhões de euros que a Câmara se comprometera a
5 financiar no âmbito do protocolo para a Capital Europeia da Cultura, considerando que já
6 era evidente a incapacidade financeira da autarquia para o efeito e lamentando que tal não
7 tivesse sido assumido de forma clara.

8 Por fim, manifestou descrença quanto à previsão de crescimento da receita municipal em
9 cerca de 7 milhões de euros, considerando esse cenário irrealista face às condições
10 económicas e às perspetivas para os 12 meses seguintes. Apesar de todas as reservas
11 apresentadas e de considerar que aquele não era o seu orçamento, afirmou que a sua bancada
12 adotaria uma posição responsável, acompanhando a atitude dos seus vereadores na Câmara,
13 optando pela abstenção em todos os documentos relativos ao orçamento e às Grandes Opções
14 do Plano, por entenderem que deveriam ser dadas condições ao novo Executivo para
15 enfrentar a situação herdada.

16
17 **A deputada Claudia Pereira** leu o seguinte documento:

18 *“Da apresentação feita pelo Executivo a esta Assembleia dos dois grandes documentos que*
19 *constituem ferramentas de gestão do município para o ano de 2026, e da subsequente*
20 *votação da vereação no lugar próprio da Reunião de Câmara, julgamos que foi no capital*
21 *da esperança que se decidiu investir. Não foi no capital da queixa, no “dar de beber à dor”,*
22 *no instrumentalizar das diferenças, na tendência imediata de substituição do diálogo pela*
23 *confrontação, quando ainda não é o momento do confronto.*

24 *Trata-se de um Orçamento de mais de 110 milhões de euros para cumprir despesa*
25 *transitada, lidar com os constrangimentos funcionais e financeiros da estrutura, sem deixar*
26 *de responder às necessidades sociais e territoriais do município. E assume um conjunto de*
27 *opções que, no Plano para 2026, relevam a assunção dos compromissos transferidos, a*
28 *atenção na higiene e limpeza, na rede viária e de acessos, na segurança e na habitação, seja*
29 *no território urbano, ou nas freguesias rurais. Mas também consideram, Orçamento e*
30 *Plano, os grandes projetos que condicionam a realização de importantes decisões tomadas*
31 *anteriormente, de que são exemplos maiores o Hospital Central e Évora Capital da Cultura*
32 *2027. Opções que implicam muito mais do que é o visível - equipamentos, serviços e*
33 *programação – e reclamam investimento equilibrado com a boa cobrabilidade que permita*
34 *receitas que o ajudarão também a sustentar, a par da persistência na procura de acordos*
35 *de financiamento entre outras ferramentas de captação de verbas.*

36 *Ambicioso, difícil, pouco audaz ou insuficiente foram alguns adjetivos previsíveis que, quer*
37 *em sede de Reunião de Câmara, quer neste lugar deliberativo, ouvimos sobre os Orçamento*
38 *e Plano em discussão. Previsíveis porque, conhecendo a prática quotidiana do fazer*
39 *política, sobretudo partidária, são naturalmente os mais publicitados. Mas, porque também*
40 *é no lugar dos poderes desta Assembleia e do Executivo camarário que melhor capacidade*
41 *temos de avaliar e propor ou fazer mudanças, sempre que estas são necessárias, não*
42 *poderemos qualificar estes documentos como instrumentos de hipoteca ou delapidação de*
43 *heranças que continuam a deixar antever bons caminhos e destinos.*

44 *Com ambição e prudência, trata-se também de caminhar para cumprir um programa*
45 *eleitoral escrutinado, o que se espera de quem governa, tão bem quanto possível. O*
46 *Orçamento, apresentado no prazo legal, é transparente nos valores financeiros e nas*
47 *intenções que assume, perante o conhecimento possível da realidade de menos de três meses*
48 *iniciais, dos que serão os 48 meses de um primeiro mandato em que também, com a*
49 *transparência como valor ético, o conhecimento caminhará, acrescentando-se.*

50 *Há uma alegoria clássica que nos fala sobre a necessidade de pagar para manter a*
51 *esperança. Trata-se do mito de Caronte e de como para prosseguir o caminho de uma vida*

1 num Além não totalmente conhecido, mas de que se vão tendo percepções, a primeira coisa
2 a fazer após a morte seria a alma entregar uma quantia em dinheiro, o óbolo, ao barqueiro
3 Caronte que a atravessaria para o outro lado do rio Estige. As almas que não o fizessem
4 ficariam presas na margem, errantes. Mas atravessar esse rio simbólico não era um fim em
5 si, era o preço, o passo inevitável, para que a alma chegasse ao lugar que lhe cabia.

6 Descendo a Évora, ao lugar onde a governação municipal zela pelo interesse dos seus
7 munícipes, trata-se de criar as condições, com custos que juntam à moeda a energia do
8 trabalho do Executivo, e fazer o possível para conseguir o melhor. E é com esse trabalho,
9 para além das verbas, que contamos, com o voto favorável, que o verbo se transforme em
10 gesto. Tudo difícil, tudo exigindo compromisso, tudo combatendo a inércia. Como dizia
11 Séneca, e parafraseio, nenhuma esperança durável existe sem “impensa”, ou seja, sem
12 dispêndio, nem esforço.

13 Os mitos e a evocação dos sábios não são apenas momentos que nos entretêm ou enfeitam
14 discursos políticos, não nos legaram só histórias aparentemente inocentes. No caso,
15 confirmam-nos como é antiga, e por isso validada pelo tempo, a certeza de que a esperança
16 só existe quando é sustentada por ação concreta, material. E é também, como hoje, nas
17 decisões tomadas nos lugares certos, e não nas narrativas repetidas em qualquer suporte
18 mais ou menos mediático alarmante ou incendiário, que se mede a responsabilidade
19 política. É onde e quando se espera que as intenções se transformem em ação, como hoje e
20 aqui aconteceu. E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista espera, com o seu voto
21 favorável das três alíneas deste ponto, contar com a ação coletiva e a liderança que
22 transforma o exemplo em compromisso coletivo, continuar a alimentar a Esperança dos que
23 nasceram ou escolheram ser Eborenses”.

24
25 **O deputado José Figueira** começou por referir que gostaria de perguntar ao Sr. Vice-
26 Presidente da Câmara se já existiam resultados da auditoria, uma vez que, naquela sessão,
27 tinha sido afirmado que já havia conclusões. Recordou ainda que tinha existido um
28 compromisso por parte do Sr. Presidente da Câmara de apresentar relatórios sobre o
29 desenvolvimento da mesma, pelo que considerou que, aparentemente, já existiam resultados,
30 agradecendo, desde já, os esclarecimentos. Acrescentou, igualmente, que, conforme havia
31 referido na sua intervenção, o grupo que representava, com a legitimidade conferida pelo
32 resultado das eleições autárquicas, não deixaria de intervir, criticar o que considerasse
33 necessário e apoiar o que entendesse adequado. Salientou, por isso, que não se calariam, nem
34 permitiriam que os calassem, deixando essa posição claramente expressa. Relativamente às
35 respostas obtidas às questões colocadas, afirmou que, de forma genérica, se constatava que
36 iria existir um novo modelo de financiamento do Plano Local da Habitação, sem que,
37 contudo, tivesse sido especificado qual. Referiu ainda que também iria existir um novo
38 modelo de financiamento da Capital Europeia da Cultura para projetos sob responsabilidade
39 da Câmara, desconhecendo-se igualmente a sua concretização. Concluiu que tal situação
40 reforçava as preocupações anteriormente manifestadas, nomeadamente quanto ao facto de
41 as Opções do Plano evidenciarem ausência de estratégia, compromissos e ações concretas,
42 considerando assim a situação clarificada. Indicou, por fim, que iriam, à semelhança do que
43 tinham feito na Câmara Municipal, manifestar o voto de abstenção relativamente às Opções
44 do Plano e aos documentos associados. Acrescentou ainda que existia um plano de
45 saneamento sustentado e consolidado desde 2013, referindo que a CDU tinha herdado uma
46 dívida de 95 milhões de euros, a qual teria sido reduzida para 47 milhões de euros,
47 afirmando, por isso, compreender que tal realidade pudesse gerar diferentes reações,
48 nomeadamente angústia ou enfado.

49
50 **O deputado Gonçalo Costa** referiu, na sua intervenção, que por vezes sentia estar numa
51 realidade paralela, tendo considerado que essa percepção fora confirmada. Reiterou as suas

N. 17
u

1 palavras, afirmando que o Deputado José Figueira terá sido a única pessoa no fórum que não
2 compreendeu o alcance da sua intervenção. Esclareceu que tinha manifestado o desejo de
3 que a auditoria fosse realizada e que os respetivos trabalhos fossem apresentados ao fórum,
4 acrescentando que, segundo a informação de que dispunha, estavam a ser desenvolvidos os
5 trabalhos preparatórios desse processo. Sublinhou que nunca afirmou que a auditoria já
6 estivesse concluída ou que existissem resultados a apresentar, considerando, por isso, que a
7 sua intervenção tinha sido clara, podendo a mesma ser revista através dos meios de
8 transmissão disponíveis. Referiu ainda que, embora reconhecesse o papel importante da
9 CDU no fórum e valorizasse as suas intervenções, considerava que estas deveriam ser
10 realistas e apresentar substância que permitisse análise ou contraditório. Acrescentou que
11 existia uma diferença formal entre a atuação do atual executivo e a do anterior, destacando
12 que, apesar de também desejar mais tempo para análise e debate do orçamento, foi cumprido
13 o imperativo legal, ao contrário do que afirmou ter sucedido em diversas ocasiões com o
14 anterior executivo. Recordou situações em que, no mês de abril, aguardava ainda a
15 apresentação do orçamento, sublinhando que, atualmente, o executivo cumpria a lei, o que
16 considerou ser um aspeto positivo e um bom ponto de partida para o mandato. Referiu
17 igualmente que, no anterior executivo, existira um grupo de trabalho sobre a candidatura de
18 Évora a Capital Europeia da Cultura, do qual fora coordenador e no qual participou um
19 membro da CDU. Indicou que desse grupo resultou um relatório, assinado por todos os
20 membros, incluindo o representante da CDU, onde foram identificadas várias situações e
21 atrasos no processo, bem como apresentadas recomendações à Assembleia Municipal e ao
22 executivo. Afirmou que o não cumprimento dessas recomendações pelo anterior executivo
23 conduziu à situação atual, caracterizada por processos sem consistência, comprometendo,
24 por exemplo, a possibilidade de acesso a financiamento comunitário e a concretização de
25 projetos como um pavilhão multiusos, que, no seu entender, poderia já estar em fase de
26 construção para a Évora 2027, mas que permanecia apenas como intenção. Sustentou que
27 essa situação tinha responsabilidade atribuída à CDU, conforme registado no referido
28 relatório, e considerou que não era possível dissociar-se desse facto. Acrescentou que não
29 fazia sentido ignorar a atuação do executivo anterior ao longo de 12 anos e exigir, ao atual
30 executivo, a resolução, em poucos meses, de problemas acumulados, como a limpeza urbana,
31 a manutenção do espaço público, a rede viária, a construção de equipamentos como um
32 pavilhão multiusos, uma piscina no Rossio ou uma praia fluvial, defendendo, por fim, a
33 necessidade de realismo.

34
35 **A deputada Elmina Lopes** afirmou que as suas palavras eram, por vezes, interpretadas de
36 forma livre pelas outras forças políticas. Referiu que, quando questionavam determinados
37 aspetos ao detalhe, tal decorria de um conhecimento profundo da realidade. Indicou que,
38 quando era transmitido para a comunicação social que tudo estava a avançar no Hospital
39 Central do Alentejo, tinham conhecimento da existência de constrangimentos reais e
40 objetivos, relativamente aos quais não havia resposta. Nesse sentido, esclareceu que
41 questionavam o Executivo sobre se esses constrangimentos tinham sido efetivamente
42 resolvidos de forma objetiva e positiva, de modo a permitir a evolução do processo,
43 salientando a diferença entre fazer propaganda e clarificar a situação. Acrescentou que
44 existiam constrangimentos ao nível das acessibilidades que, caso não fossem resolvidos,
45 poderiam onerar o orçamento da Câmara, motivo pelo qual atuavam com seriedade e
46 exigiam compromissos igualmente sérios, evitando a imputação de custos que não teriam
47 capacidade de suportar. Referiu que estes constrangimentos se mantinham e que o Executivo
48 do PS continuava sem os clarificar junto da população. Indicou ainda que existia um discurso
49 de que tudo estaria resolvido, o qual não partira da sua parte, mas que ouviam com
50 perplexidade, expressando a expectativa de que tal correspondesse à realidade.
51 Relativamente à rede viária, afirmou que era do conhecimento geral que esta não era objeto

1 de financiamento externo, sendo suportada por financiamento próprio da autarquia.
2 Acrescentou que aqueles que agora levantavam questões sobre a rede viária tinham
3 anteriormente votado contra os empréstimos destinados a esse fim. Sublinhou que, apesar
4 disso, os empréstimos tinham sido contraídos e aplicados, considerando contraditório que se
5 fosse contra a obtenção de verba e, simultaneamente, se criticasse a não realização das
6 intervenções. Por fim, apresentou como exemplo de uma atitude construtiva o facto de terem
7 alertado o Executivo para a omissão, no orçamento, da remodelação da escola EB das Hortas
8 das Figueiras, que dispunha de financiamento garantido, tendo essa situação sido corrigida
9 na sequência da sua intervenção. Concluiu que não adotavam uma postura de crítica
10 destrutiva, nem aguardavam que as soluções surgissem de forma espontânea, mas que
11 mantinham uma atitude construtiva, exercendo a fiscalização do funcionamento da Câmara
12 com base no conhecimento das suas dinâmicas, constrangimentos e dificuldades.

13
14 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que não tinha intenção de voltar a intervir sobre
15 aquele ponto, mas referiu que, ao ouvir a CDU, não podia deixar de esboçar um sorriso.
16 Recordou que já tinha declarado publicamente, de forma jocosa e humorística, que a CDU,
17 após dez anos dedicada ao boicote da cidade e da Câmara, parecia agora dedicar-se ao
18 humor, acrescentando que as intervenções continuavam nesse sentido. Relativamente ao
19 tema do Hospital, referiu que a Câmara prestaria as informações que entendesse quanto ao
20 andamento dos processos, mas questionou se teria havido oportunidade de observar a obra
21 no local, salientando que qualquer pessoa poderia verificar que a mesma estava em curso há
22 bastante tempo, não sendo recente. Acrescentou que o que teria terminado seria o boicote do
23 órgão executivo da Câmara Municipal de Évora ao andamento dos processos conexos à obra
24 do Hospital, considerados essenciais para a sua concretização. Considerou essa a questão
25 estrutural em análise e afirmou que, com a saída da CDU do executivo municipal, tal situação
26 teria sido ultrapassada, referindo ainda que tanto o resultado eleitoral como o estado da
27 cidade corroborariam essa mudança ocorrida no final de 2025. Dirigindo-se à Senhora
28 Deputada Elmina Lopes, abordou o tema dos empréstimos, entendendo que a referência teria
29 sido feita à bancada da ADE. Confirmou que tinham votado contra os empréstimos, com
30 convicção, justificando que os mesmos tinham sido aprovados com o voto do Partido
31 Socialista e que visavam resolver problemas concretos. Questionou se esses problemas
32 teriam sido resolvidos, afirmando que não, e indicou que bastaria percorrer a cidade para
33 verificar o estado em que esta se encontrava. Referiu ainda que existia documentação onde
34 constavam os diversos empréstimos solicitados, com indicação das obras a realizar,
35 questionando se estas teriam sido concretizadas, concluindo que não. Comparou a situação
36 com a Capital Europeia da Cultura, afirmando que também aí não teria havido concretização.
37 Acrescentou que a Capital Europeia da Cultura teria permanecido 660 dias sem direção,
38 responsabilizando o executivo da CDU por essa situação. Mencionou que, posteriormente,
39 teriam sido levantadas questões sobre nomeações, rendimentos e salários, afirmando que
40 existiriam documentos assinados pelo Presidente, Dr. Carlos Pinto de Sá, que, na qualidade
41 de Presidente da Comissão de Vencimentos e da Assembleia Geral da Capital Europeia da
42 Cultura, teria assinado os documentos que definiam os rendimentos e vencimentos dos
43 gestores. Considerou que teria havido uma tentativa de denegrir o projeto de forma populista,
44 criando obstáculos e atrasos, à semelhança do que teria ocorrido com os projetos imateriais.
45 Acrescentou que esses projetos não teriam avançado por falta de preparação dos dossiês
46 necessários, referindo, como exemplo, a inexistência de um pavilhão multiusos em Évora.
47 Concluiu afirmando que esse problema não seria apenas do mandato em questão,
48 classificando como uma falha grave o facto de, ao fim de 50 anos, durante os quais a CDU
49 teria governado a maior parte do tempo, não ter sido possível dotar a cidade de um
50 equipamento dessa dimensão.

Nº 74
2

1 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que considerava que seria a sua última intervenção, mas
2 que, à semelhança das cerejas, surgiam intervenções sucessivas, o que levava à necessidade
3 de voltar a usar da palavra. Relativamente à questão orçamental e financeira, afirmou que,
4 durante quatro anos, o Partido Socialista assumira, naquele fórum, uma atitude de oposição
5 responsável e que, conforme as declarações de voto nos quatro orçamentos anteriores, não
6 se revendo nas linhas políticas dos mesmos, não pretendia, de forma alguma, criar um
7 argumento político que contribuísse para agravar a estagnação do Conselho de Évora ou
8 dificultar a operacionalização dos processos. Nesse sentido, indicou que o partido se
9 absteria sempre. Acrescentou que, ao longo desses quatro anos, foi possível ao executivo
10 implementar o seu programa político e as suas linhas ideológicas, tendo sido deixada aos
11 eborenses a avaliação dessa atuação, a qual considerou ter sido feita sem amarras,
12 preconceitos ou limitações. Referiu ainda que o executivo dispusera dos mecanismos
13 necessários para executar e fazer cumprir as suas políticas, mas que tal não fora concretizado,
14 apontando como causas a incompetência e a desresponsabilização próprias. Sustentou que
15 não se justificava imputar às restantes forças políticas alegados boicotes, uma vez que todos
16 os orçamentos foram aprovados durante aquele período, permitindo ao executivo todas as
17 condições para implementar as suas políticas, o que, no seu entendimento, não sucedeu. No
18 que respeita ao hospital, afirmou tratar-se de um projeto com marca política do Partido
19 Socialista, cuja aprovação e início de construção ocorreram durante governos daquele
20 partido. Defendeu que todos os constrangimentos associados ao projeto resultaram
21 exclusivamente da atuação do anterior executivo, nomeadamente no que dizia respeito às
22 acessibilidades e às infraestruturas de águas, esgotos e saneamento. Referiu que, naquele
23 fórum, questionara o anterior executivo diversas vezes, conforme registado em atas, tendo
24 obtido como resposta reiterada a existência de dificuldades dependentes da atuação do
25 Governo, assumindo este uma postura de espera por soluções externas. Considerou que não
26 existira uma atitude proativa na procura de soluções junto da tutela, quer durante governos
27 do Partido Socialista, quer posteriormente do Partido Social Democrata. Sublinhou que essa
28 postura foi várias vezes debatida naquele fórum e caracterizou-a como uma atitude de
29 inação, afirmando que as soluções não surgiam sem iniciativa. Entendeu que Évora merecia
30 melhor do que o desempenho do anterior executivo, sendo essa avaliação refletida nos
31 resultados eleitorais.

32 Concluiu que se esperava da CDU uma atitude responsável e colaborativa, defendendo,
33 contudo, a necessidade de uma avaliação rigorosa das decisões do anterior executivo, as
34 quais, no seu entendimento, conduziram à situação de estagnação atual, que o executivo em
35 funções procurava inverter, introduzindo nova dinâmica e energia, considerando, por fim,
36 incomprensível a não assunção de responsabilidades pela situação existente.

37
38 **O deputado Luís Vaz Freire** leu o seguinte documento:

39 *“Permitam-me começar por dizer que esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia*
40 *Municipal, portanto, se cometer alguma gafe ou algum erro procedimental, peço, desde já,*
41 *desculpa. Mas faço-o com sentido de responsabilidade que o mandato democrático exige,*
42 *enquanto representante do CDS/PP, partido que integra de pleno direito e dever esta*
43 *Aliança Democrática - Évora Tem Mais Futuro, cuja matriz democrática cristã tem*
44 *identidade própria. É precisamente essa diversidade de pensamento que enriquece qualquer*
45 *coligação e fortalece a vida democrática local. O CDS/PP participa neste órgão com um*
46 *espírito genuinamente construtivo no âmbito desta aliança democrática, aberto ao diálogo*
47 *com todas as forças políticas aqui representadas. Acreditamos que a política autárquica*
48 *deve colocar a pessoa humana no centro das decisões, acima dos interesses partidários ou*
49 *de lógicas meramente contabilísticas. Essa visão humanista assente nos princípios da*
50 *dignidade da pessoa, da subsidiariedade, da solidariedade e da responsabilidade, que nos*
51 *orienta e que queremos ver refletida nas políticas municipais. Relativamente ao ponto hoje*

1 em discussão, importa desde logo recordar que ainda não são conhecidos os resultados da
2 auditoria anunciada pelo Executivo. Consideramos que qualquer decisão tomada antes
3 deste esclarecimento, em linha com o que o Francisco Figueira já disse, é precipitada e
4 poderia comprometer a transparência, o rigor e a confiança política que todos desejamos
5 preservar. Por essa razão e mantendo a coerência com o nosso compromisso e
6 responsabilidade institucional, claramente estamos alinhados com a restante bancada e
7 vamos também abster-nos num gesto que pretende ser construtivo e nunca de bloqueio. Esta
8 abstenção não significa indiferença nem ausência de escrutínio, pelo contrário, significa
9 que entendemos que governar bem é decidir com informação completa e que o respeito pelos
10 munícipes exige clareza, verdade e prestação de contas. É precisamente nesse espírito que
11 deixamos um conjunto de questões que permanecem sem resposta e organizámos estas por
12 áreas de intervenção de acordo com as prioridades democráticas cristãs e que depois
13 eventualmente poderão ser agregadas também com mais algumas questões no âmbito desta
14 bancada. Por ausência de tempo, elas são vastas, tão diversas, algumas mais técnicas,
15 outras mais de carácter político, mas neste espírito construtivo nós de facto gostávamos de
16 vê-las respondidas, portanto, se tal for possível, iremos apresentar um requerimento para
17 que, nesse espírito construtivo, elas depois possam ser respondidas de forma completa, sem
18 precipitações e de forma clara. Estas perguntas não são um mero exercício retórico, mas
19 sim um dever de escrutínio democrático, inspirado por uma visão humanista, comunitária e
20 financeiramente responsável. São perguntas que colocam o foco onde ele deve estar, nas
21 pessoas, no futuro do Concelho e na boa governação. Nós, o CDS, a AD, com este espírito
22 construtivo e de grupo sólido, continuaremos a exercer o nosso mandato com lealdade
23 institucional, espírito construtivo e fidelidade aos nossos valores, alicerçados
24 na democracia cristã, sempre ao serviço de Évora e dos Eborenses."

25
26 **O Vice-Presidente da Câmara** referiu que não queria deixar de felicitar o Senhor Presidente
27 da Junta de Freguesia do Centro Histórico pela anunciada eleição da ANAFRE,
28 considerando que tal constituiria um motivo de honra para o próprio e, em nome do
29 Município, uma honra para o Concelho ter um eborense, representante de uma autarquia
30 eborense, num lugar de relevo ao nível das freguesias, desejando-lhe a melhor sorte para a
31 eleição no fim de semana seguinte.

32 Aproveitou ainda para manifestar total solidariedade com as famílias, as empresas e todos
33 os que foram vítimas das anomalias climáticas que se abateram sobre o Concelho,
34 referindo que a Proteção Civil e os serviços municipais deram resposta às ocorrências.
35 Salientou que, em Évora, embora tenham existido alguns constrangimentos, estes não foram
36 tão graves quando comparados com outras zonas do país.

37 Referiu que as condições climáticas agravaram o problema estrutural ao nível dos acessos
38 e dos caminhos no Concelho, indicando que seria lançada, assim que as condições
39 meteorológicas o permitissem, uma campanha de repavimentação de estradas e caminhos.
40 Informou ainda que estava a ser elaborado um plano estrutural que permitisse uma
41 intervenção continuada ao longo do mandato, com diferentes níveis de atuação: uma resposta
42 imediata, uma resposta tão célere quanto possível com base no orçamento disponível e,
43 progressivamente, intervenções priorizadas em função dos fluxos de tráfego e do estado de
44 degradação das vias, reconhecendo a insuficiência de verbas para intervir simultaneamente
45 em todas.

46 Sublinhou que o orçamento evidenciava ambição, designadamente pelo aumento da receita,
47 associado aos projetos já apresentados, candidatados e com financiamento assegurado,
48 apontando este fator como determinante para o acréscimo verificado.

49 Referiu que, estrategicamente, o aeródromo era importante, recordando que, 15 dias após a
50 tomada de posse, a Câmara Municipal foi confrontada com uma inspeção das autoridades
51 competentes. Indicou que, contrariamente ao habitual, em que as licenças têm a duração de

cinco anos, o município se encontrava no termo de um prazo de um ano concedido para intervir. Mencionou que apelou aos inspetores, explicando que o executivo tinha acabado de iniciar funções e que pretendia cumprir os compromissos assumidos anteriormente.

Informou que foi possível fundir dois projetos, permitindo a sua apresentação em tempo útil, antes do termo do prazo de financiamento em dezembro, encontrando-se o projeto já aprovado. Este incidia sobre questões de segurança da pista, nomeadamente a vedação, e sobre a definição de uma nova portaria para controlo de acessos à área operacional. Considerou esta intervenção estruturante, referindo ainda que se aguardava a abertura de aviso para uma nova fase, que contemplaria a repavimentação da pista, com vista à sua requalificação e à manutenção da licença, condição essencial para viabilizar investimento nesta área.

No âmbito da Capital Europeia da Cultura, referiu a importância da reabilitação de edifícios como o Convento dos Remédios, os Celeiros e o equipamento do Arquivo Fotográfico, salientando que tais intervenções valorizariam o património existente. Contudo, destacou como prioridade a intervenção no Rossio, indicando que se pretendia avançar em duas fases, existindo, à data, um compromisso de financiamento na ordem dos quatro milhões de euros, posteriormente à elaboração do orçamento, no âmbito do PRR. Explicou que o objetivo seria transformar o Rossio numa grande praça multifuncional, à semelhança do que existe noutras capitais europeias, assegurando as condições atualmente inexistentes.

Acrescentou que, para garantir a viabilidade em tempo útil e evitar entraves legais, foi possível licenciar, no espaço de uma semana, um projeto que incluía o enterramento da cablagem elétrica, com o contributo dos serviços municipais e da EREDES, permitindo libertar o espaço e criar uma solução funcional e pouco intrusiva.

Relativamente à auditoria, referiu não ter tido conhecimento prévio da mesma, mas esclareceu que o procedimento se encontrava em fase de habilitação, seguindo-se a assinatura do contrato, após a qual teria início a execução. Indicou que o primeiro relatório seria apresentado ao fim de dois meses, seguindo-se relatórios mensais, e que existia o compromisso de partilhar a informação com a vereação e com os membros da Assembleia.

Por fim, relativamente à dívida, esclareceu que não pretendiam utilizar esse argumento para se desculpabilizarem, afirmando que, nos três meses anteriores, se tinham limitado a apresentar factos, sem imputar responsabilidades, mantendo como objetivo a concretização.

Esclareceu que, à data do último reporte, em novembro de 2025, o passivo elegível ascendia a 64,3 milhões de euros, e não a 40 milhões, como havia sido referido. Acrescentou que o aumento dos pagamentos em atraso implicou uma retenção de 2.158.136,25 euros nas transferências diretas para o município, devido ao incumprimento da redução de 10% no prazo de pagamento, montante que seria utilizado para amortização de valores transitados do orçamento anterior. Concluiu que a insistência nesse argumento não contribuía para resolver os problemas da população, sendo essencial cumprir os compromissos assumidos e investir nas pessoas, sem imputar responsabilidades a terceiros.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu as alíneas a votação.

Alínea a) Aprovada por maioria, com 15 votos a favor (13 do PS, 1 do MICAZA e 1 do MCE) e 17 abstenção (9 da AD - Évora Tem Mais Futuro, 5 da CDU e 3 do CHEGA), verificando-se 32 presenças.

Alínea b) Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (13 do PS, 1 do MICAZA, 1 do MCE e 3 do CHEGA) e 14 abstenção (9 da AD - Évora Tem Mais Futuro e 5 da CDU), verificando-se 32 presenças.

1 **Alínea c) Aprovada por maioria**, com 15 votos a favor (13 do PS, 1 do MICAZA e 1 do
2 MCE) e 17 abstenção (9 da AD - Évora Tem Mais Futuro, 5 da CDU e 3 do CHEGA)
3 verificando-se 32 presenças.

4
5 **Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista.**

6 “Da apresentação feita pelo Executivo a esta Assembleia dos dois grandes documentos que
7 constituem ferramentas de gestão do município para o ano de 2026, e da subsequente votação
8 da vereação no lugar próprio da Reunião de Câmara, julgamos que foi no capital da
9 esperança que se decidiu investir. Não foi no capital da queixa, no “dar de beber à dor”, no
10 instrumentalizar das diferenças, na tendência imediata de substituição do diálogo pela
11 confrontação, quando ainda não é o momento do confronto.

12 Trata-se de um Orçamento de mais de 110 milhões de euros para cumprir despesa transitada,
13 lidar com os constrangimentos funcionais e financeiros da estrutura, sem deixar de responder
14 às necessidades sociais e territoriais do município. E assume um conjunto de opções que, no
15 Plano para 2026, relevam a assunção dos compromissos transferidos, a atenção na higiene e
16 limpeza, na rede viária e de acessos, na segurança e na habitação, seja no território urbano,
17 ou nas freguesias rurais. Mas também consideram, Orçamento e Plano, os grandes projetos
18 que condicionam a realização de importantes decisões tomadas anteriormente, de que são
19 exemplos maiores o Hospital Central e Évora Capital da Cultura 2027. Opções que implicam
20 muito mais do que é o visível - equipamentos, serviços e programação – e reclamam
21 investimento equilibrado com a boa cobrabilidade que permita receitas que o ajudarão
22 também a sustentar, a par da persistência na procura de acordos de financiamento entre
23 outras ferramentas de captação de verbas.

24 Ambicioso, difícil, pouco audaz ou insuficiente foram alguns adjetivos previsíveis que, quer
25 em sede de Reunião de Câmara, quer neste lugar deliberativo, ouvimos sobre os Orçamento
26 e Plano em discussão. Previsíveis porque, conhecendo a prática quotidiana do fazer política,
27 sobretudo partidária, são naturalmente os mais publicitados. Mas, porque também é no lugar
28 dos poderes desta Assembleia e do Executivo camarário que melhor capacidade temos de
29 avaliar e propor ou fazer mudanças, sempre que estas são necessárias, não poderemos
30 qualificar estes documentos como instrumentos de hipoteca ou delapidação de heranças que
31 continuam a deixar antever bons caminhos e destinos.

32 Com ambição e prudência, trata-se também de caminhar para cumprir um programa eleitoral
33 escrutinado, o que se espera de quem governa, tão bem quanto possível. O Orçamento,
34 apresentado no prazo legal, é transparente nos valores financeiros e nas intenções que
35 assume, perante o conhecimento possível da realidade de menos de três meses iniciais, dos
36 que serão os 48 meses de um primeiro mandato em que também, com a transparência como
37 valor ético, o conhecimento caminhará, acrescentando-se.

38 Há uma alegoria clássica que nos fala sobre a necessidade de pagar para manter a esperança.
39 Trata-se do mito de Caronte e de como para prosseguir o caminho de uma vida num Além
40 não totalmente conhecido, mas de que se vão tendo perceções, a primeira coisa a fazer após
41 a morte seria a alma entregar uma quantia em dinheiro, o óbolo, ao barqueiro Caronte que a
42 atravessaria para o outro lado do rio Estige. As almas que não o fizessem ficariam presas na
43 margem, errantes. Mas atravessar esse rio simbólico não era um fim em si, era o preço, o
44 passo inevitável, para que a alma chegasse ao lugar que lhe cabia.

45 Descendo a Évora, ao lugar onde a governação municipal zela pelo interesse dos seus
46 munícipes, trata-se de criar as condições, com custos que juntam à moeda a energia do
47 trabalho do Executivo, e fazer o possível para conseguir o melhor. E é com esse trabalho,
48 para além das verbas, que contamos, com o voto favorável, que o verbo se transforme em
49 gesto. Tudo difícil, tudo exigindo compromisso, tudo combatendo a inércia. Como dizia
50 Séneca, e parafraseio, nenhuma esperança durável existe sem “impensa”, ou seja, sem
51 dispêndio, nem esforço.

N. V
u

1 Os mitos e a evocação dos sábios não são apenas momentos que nos entretêm ou enfeitam
2 discursos políticos, não nos legaram só histórias aparentemente inocentes. No caso,
3 confirmam-nos como é antiga, e por isso validada pelo tempo, a certeza de que a esperança
4 só existe quando é sustentada por ação concreta, material. E é também, como hoje, nas
5 decisões tomadas nos lugares certos, e não nas narrativas repetidas em qualquer suporte mais
6 ou menos mediático alarmante ou incendiário, que se mede a responsabilidade política. É
7 onde e quando se espera que as intenções se transformem em ação, como hoje e aqui
8 aconteceu. E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista espera, com o seu voto favorável
9 das três alíneas deste ponto, contar com a ação coletiva e a liderança que transforma o
10 exemplo em compromisso coletivo, continuar a alimentar a Esperança dos que nasceram ou
11 escolheram ser Eborenses.”
12

13 **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU.**

14 “A CDU, como sempre esteve ao serviço das populações, cabe-lhe contribuir para participar
15 na discussão de deliberação do Orçamento e Opções do Plano, e apesar da alteração da
16 composição da Assembleia Municipal, não deixará de exercer as suas responsabilidades na
17 fiscalização do exercício do novo Executivo Municipal.

18 A CDU reconhece as dificuldades inerentes à elaboração do 1º Orçamento e Opções do Plano
19 do mandato, não deixando, no entanto, sublinhar que a forma como foi conduzido o processo
20 de auscultação das forças políticas nos termos definidos no Estatuto de Direito da Oposição,
21 não correspondeu aos tempos recomendados ou razoáveis para a real possibilidade de
22 participação e adição de contributos uma vez que a exposição das forças políticas teve de ser
23 definida em escassos 3 dias. Na realidade, apenas existia a obrigação de apresentar os
24 documentos à Assembleia até final de janeiro, podendo desta apreciar a proposta para lá
25 deste prazo. Esta limitação devera-se condicionar, acentua-se pela quase inexistência de
26 enquadramento, orientações e compromissos políticos, reduzindo as opções do Plano e
27 Orçamento a uma análise meramente orçamental.

28 Os documentos propostos não permitem discernir completamente a ligação entre as opções
29 políticas deste Executivo e as opções orçamentais que evidentemente terão um impacto
30 significativo na gestão do Município e na efetiva satisfação das necessidades da população.
31 A CDU esteve de forma construtiva na reunião com o Presidente da Câmara Municipal, onde
32 foi possível aprofundar algumas matérias e obter alguns esclarecimentos relativos a opções.
33 Exemplo dessa atitude foi a proposta, ainda assim fizemos, de inclusão, de requalificação e
34 ampliação da EB Horta das Figueiras, que teve provimento na versão final da proposta do
35 Orçamento Municipal, tentando-se de uma obra no valor de 1.200.000 euros com
36 financiamento garantido, pelo que reconhecemos a atitude positiva do Executivo à aquela.
37 Consideramos, no entanto, entender que a ação do Executivo deve ter em conta três balizas
38 centrais, nomeadamente o processo de recuperação financeira da autarquia tem de
39 prosseguir, não devendo ser posta em causa o esforço feito nos últimos anos, a consolidação
40 da recuperação financeira deve ser feita preservando os interesses das populações,
41 significante não são aceitáveis agravamentos de impostos, taxas e tarifas, nem o
42 comprometimento de funções sociais da autarquia ou atividades e investimentos previstos,
43 com um impacto social relevante. As opções orçamentais devem corresponder ao objetivo
44 da melhoria dos serviços municipais, contrariando opções de privatização ou externalização
45 de serviços, ou a desvalorização dos trabalhadores municipais e ataque aos seus direitos.
46 Sinalizamos dúvidas e preocupações relativamente à proposta apresentada, questionando
47 opções refletidas na proposta de grandes opções do Plano de Orçamento.

48 Há 5 domínios fundamentais com preocupação de alguns indicadores de que estas opções
49 do Plano de Orçamento nos oferecem grandes dúvidas. Há em especial, vários indicadores
50 levam-nos a discordar deste momento no que se refere ao tratamento dos trabalhadores
51 municipais. A intenção de redução da contratação pessoal para o quadro, a preferência pela

1 contratação a prazo e a não garantia de reposição das aposentações, contribui para o perigo
2 real de precarização laboral.

3 A redução de verbas para as rubricas de gasóleo e manutenção de máquinas, dá indicação de
4 uma desaceleração da atividade municipal, a par da opção política de não pretender exercer
5 a prerrogativa da opção gestionária, o que não garante alterações de posições de vários
6 trabalhadores e há ainda a intenção assumida de substituir as horas extraordinárias por
7 trabalho por turnos. Em relação ao Plano Local de Habitação, uma estratégia fundamental
8 para o Conselho com financiamento protocolado com o Estado, no valor de 107 milhões de
9 euros, a proposta do Executivo Municipal prevê apenas a execução de 1.7 milhões de euros
10 na construção do Centro de Acolhimento de Urgência e Transição. Não há qualquer
11 referência aos roteamentos municipais, nem à aquisição de terrenos para construção, nem de
12 prédios de recuperação, denunciando o fraco entusiasmo com este desígnio estratégico tão
13 importante para a qualidade de vida das populações.

14 Acresce que contrariando os pressupostos negociados e cedendo à pressão feita pelo
15 Governo, o Executivo Municipal do PS admite agora deixar cair o compromisso de
16 financiamento a 100% por via do PRR, assentando em alternativa um esquema com
17 financiamento a 80% e com participação a 20%. É um modelo inaceitável que vem alterar
18 todos os pressupostos, conduzir os municípios a elaborar estratégias e planos de habitação.
19 E a confirmar o que a aceitação deste modelo de financiamento significa, é na prática a
20 implosão do plano local de habitação de Évora e da sua concretização.

21 Em relação ao novo Hospital Central Público do Alentejo, estão previstas em 2026 4.088.561
22 para as acessibilidades, mas ainda não há protocolo assinado e não há previsão de
23 concretização das apropriações e não há acordo relativamente à mutação dominial com o IP
24 na Estrada Nacional 114 que permitirá a ligação viária ao hospital, não se conhece o projeto
25 de abastecimento de energia e corre-se o risco sério de termos a cidade desorientada em
26 2027. Relativamente à Capital Europeia de Cultura, a Município de Évora, líder da
27 candidatura vencedora, assumiu neste âmbito o desenvolvimento e execução de alguns
28 projetos, entre os quais Poesia Popular, Património Diálogo e Futuro e Bibliotecas Vivas e
29 Meu Vizinho, não se vislumbra qual o nível de desenvolvimento e atenção dado a estes
30 importantes projetos. E, portanto, as grandes opções do plano e o assentamento apenas
31 revelam que a participação e envolvimento do município se restringe ao pagamento da cota
32 da Associação Évora 27 e aos projetos de remodelação urbana que já haviam sido
33 candidatados e cujo financiamento poderá ficar comprometido.

34 Destaca-se, por fim, a transferência de competências da Administração Central, tendo sido
35 o problema por diversas vezes apresentado em reuniões de Câmara anteriores, no Conselho
36 Municipal de Saúde e à DGAL, estranha-se o facto de nada ser referido em relação ao
37 enorme déficit que rondará 3 milhões de euros no final de 2025, resultante da transferência
38 de competências na educação e, em particular, da rubrica com pessoal. Esta omissão tem
39 repercussões graves na sustentabilidade financeira da autarquia, resultando na prática em
40 mais uma forma de os municípios subsidiarem o Estado Central, que neste processo não foi
41 pessoa de bem por não ter feito corresponder as verbas aos encargos num setor que já de si
42 estava, como sabemos, subfinanciado. A proposta de orçamento traduz o agravamento desta
43 instituição com a aparente complacência do atual Executivo Municipal do PS.

44 Numa análise mais geral, ainda que consideramos as seguintes dúvidas, consideramos pouco
45 realista a expectativa de, designadamente, o aumento da receita de 6 milhões de euros na
46 venda de bens e serviços municipais, e a sua não execução vai determinar um novo
47 desequilíbrio orçamental. Não vemos expressa nos documentos quaisquer as orientações
48 estratégicas ou referências à juventude, cujas problemáticas e necessidades não se esgotam
49 na realização do mês da juventude. Relativamente à higiene e limpeza, uma área de enorme
50 impacto e sobre a qual deve ser dada uma atenção especial, está em curso uma redução do
51 número de operacionais e verifica-se uma redução na aquisição de serviços.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

1 Não estamos a ver como vai dar resposta necessária se não se retomar o plano de higiene
2 urbana que estava a ser desenvolvido pelo anterior Executivo. Saudamos a manutenção dos
3 apoios ao movimento associativo iniciados no anterior mandato, demonstrativos da
4 vitalidade das associações desportivas, juvenis, culturais e sociais, saudamos também a
5 manutenção do apoio financeiro aos bombeiros e a concretização da aquisição de veículos
6 para os bombeiros voluntários e para a proteção civil candidatados no anterior mandato.
7 Considera-se, portanto, o reforço da requalificação da rede viária, um esforço assinalável
8 que é o resultado de boas políticas prosseguidas pelo anterior Executivo em matéria de
9 recuperação financeira, uma vez que estas intervenções não têm financiamento comunitário,
10 tendo de ser integralmente suportadas pelo Orçamento Municipal.

11 Em suma, é com preocupação que analisamos esta proposta, por não vislumbrarmos que nos
12 permita concluir e estar diante de um documento que vai dar resposta cabal às necessidades
13 das populações e aos desafios 2026 e em consequência desta apreciação, não tendo havido
14 o espaço necessário para o contributo que se impunha na construção destes importantes
15 instrumentos municipais e dada a nossa reserva relativamente à real capacidade de
16 concretização dos projetos, abstermos na votação, não abdicando do seu acompanhamento
17 e monitorização. Obrigada. Obrigada ao Departamento Municipal para 2026 por entender
18 que este documento, apesar de formalmente equilibrado, não resolve os problemas
19 estruturais das finanças municipais nem garante a sustentabilidade futura do município de
20 Évora.

21 Ao longo do processo de apreciação orçamental, esta bancada alertou de forma clara para a
22 situação financeira deficitária do sistema de água, ao qual não tivemos qualquer resposta,
23 bem como para o incumprimento prático dos princípios de cobertura de custos definidos pela
24 Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. A continuação deste modelo
25 transfere para o Orçamento Geral encargos que deveriam ser suportados pelo próprio
26 sistema. Consideramos igualmente preocupante a ausência de um plano estruturado de
27 consolidação financeira, nomeadamente no controlo da despesa corrente, na racionalização
28 da máquina municipal e na redução efetiva do endividamento.

29 Assistimos aqui hoje mais uma vez à troca de acusações e responsabilidades entre partidos
30 que já estiveram no Executivo desta Câmara, numa lógica de confronto político estéril, que
31 não resolve os problemas reais do Conselho. Esta sucessão de desculpas cruzadas apenas
32 demonstra que os modelos de governação anteriores falharam em garantir rigor,
33 transparência e sustentabilidade financeira. É precisamente por isso que o reforço da
34 representação do Chega nas últimas eleições autárquicas representa uma mudança
35 fundamental no panorama político local.

36 Uma mudança que introduz maior exigência, maior fiscalização e uma voz firme em defesa
37 da responsabilidade na gestão do dinheiro público. A nossa abstenção traduz uma posição
38 responsável. Não bloqueamos o funcionamento do município, mas também não validamos
39 um Orçamento que mantém desequilíbrios estruturais e adia reformas necessárias.”

40 41 **Declaração de Voto do CHEGA.**

42 “A bancada do CHEGA opta pela abstenção na votação do Orçamento Municipal para 2026
43 por entender que este documento, apesar de formalmente equilibrado, não resolve os
44 problemas estruturais das finanças municipais nem garante a sustentabilidade futura do
45 Município de Évora.

46 Ao longo do processo de apreciação orçamental, esta bancada alertou de forma clara para a
47 situação financeiramente deficitária do sistema de água, saneamento e resíduos, bem como
48 para o incumprimento prático dos princípios de cobertura de custos definidos pela Entidade
49 Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). A continuação deste modelo
50 transfere para o orçamento geral encargos que deveriam ser suportados pelo próprio sistema,
51 agravando a pressão sobre a dívida municipal e penalizando todos os munícipes.

1 Consideramos igualmente preocupante a ausência de um plano estruturado de consolidação
2 financeira, nomeadamente no controlo da despesa corrente, na racionalização da máquina
3 municipal e na redução efetiva do endividamento.

4 Assistimos, mais uma vez, à troca de acusações e responsabilidades entre partidos que já
5 estiveram no executivo, numa lógica de confronto político estéril que não resolve os
6 problemas reais do concelho. Esta sucessão de desculpas cruzadas apenas demonstra que os
7 modelos de governação anteriores falharam em garantir rigor, transparência e
8 sustentabilidade financeira.

9 É precisamente por isso que o reforço da representação do CHEGA nas últimas eleições
10 autárquicas representa uma mudança fundamental no panorama político local: uma mudança
11 que introduz maior exigência, maior fiscalização e uma voz firme em defesa da
12 responsabilidade na gestão do dinheiro público.

13 A nossa abstenção traduz uma posição responsável: não bloqueamos o funcionamento do
14 município, mas também não validamos um orçamento que mantém desequilíbrios estruturais
15 e adia reformas necessárias.”

17 **Declaração de voto do Grupo de Cidadãos Eleitores - Movimento Cuidar d' Évora.**

18 “Este é o primeiro Orçamento do Mandato de 2025 até 2029, tratando-se de documentos
19 estruturantes para o desenvolvimento da cidade e do concelho. Os instrumentos
20 fundamentais que, muito para além da componente política, possamos dar corpo a
21 componente prática. Évora atravessa um período único na sua história, e temos
22 objetivamente que dispor de documentos robustos, por forma a preparar o nosso futuro
23 coletivo. Pesando os dois quadrantes, a receita e a despesa, seria de particular relevância,
24 assegurar o maior cumprimento do orçamento que nos foi apresentado.

25 Em virtude das diversas propostas inerentes a este exercício, o carácter urgente e obrigatório
26 de intervenção na nossa rede viária, pesando o investimento nas viaturas, pois já todos
27 percebemos que o parque automóvel do município se encontra datado.

28 Adicionalmente, tendo em mente as diversas intervenções na cidade e os diversos projetos.
29 Os eleitos do extinto MCE, sempre pugnaram pela cidade e pelo concelho, é importante dar
30 condições e dar instrumentos a quem entrou agora ao trabalho, sobretudo num momento tão
31 delicado na cidade e concelho.

32 Em face de tudo, iremos aprovar o orçamento e as GOP que nos são apresentadas para debate
33 e deliberação.”

35 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
36 intervenção, informou que passavam ao ponto 3

38 3. Mapa de Pessoal para o ano de 2026.

40 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara.

42 **O Vice-Presidente da Câmara** informou que tinha sido distribuído o mapa e que não se
43 verificava variação entre as áreas distribuídas, mantendo-se, de forma geral, inalteradas.

45 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
46 submeteu Mapa de Pessoal para o ano de 2026, a votação.

48 **Deliberação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026:**

49 **Aprovada por maioria**, com 24 votos a favor (13 do PS, 9 da AD - Évora Tem Mais Futuro,
50 1 do MICAZA e 1 do MCE) e 8 abstenções (5 da CDU e 3 do CHEGA), verificando-se 32
51 presenças. verificando-se 32 presenças.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

2
3 5. Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receias do Município de Évora |
4 Atualização de valores para o ano de 2026.

5 6.

6 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara.

7
8 **O Vice-Presidente da Câmara** referiu que não houve uma grande alteração, exceto o que
9 era previsto ao nível o aumento ao nível da taxa de inflação.

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
12 submeteu Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receias do Município de Évora |
13 Atualização de valores para o ano de 2026, a votação.

14
15 **Deliberação do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receias do Município de**
16 **Évora | Atualização de valores para o ano de 2026.**

17 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

18
19 **O deputado Francisco Brito** pediu a palavra para agradecer os votos que lhe foram
20 endereçados e referiu que a ANAFRE é uma associação que representa todas as freguesias,
21 associadas e não associadas, salientando que tudo o que a ANAFRE alcança beneficia o
22 conjunto. Reconheceu que existem vantagens claras em uma freguesia ser associada da
23 ANAFRE. Acrescentou que, ao longo de toda a sua existência, a ANAFRE funcionou com
24 base no consenso e na convergência, sendo essa a sua forma de atuação. Referiu ainda que
25 todos os congressos eletivos tiveram apenas uma lista única, resultante do consenso e da
26 negociação entre as forças políticas representadas. Manifestou orgulho e honra por poder
27 liderar a lista ao Conselho Diretivo Nacional, a qual seria votada no congresso a realizar em
28 Portimão no fim de semana seguinte. Considerou que tal poderia ser positivo para o
29 concelho, trazendo visibilidade e, possivelmente, a realização de alguns eventos da
30 ANAFRE. Salientou também a importância de trazer a discussão sobre o panorama das
31 freguesias para Évora e, em particular, para o Alentejo.

32 33 **II. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

34
35 **Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos por parte do público,
36 deu por terminada a Ordem do Dia.

37 38 39 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

40
41 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela 1ª
42 Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

43
44 *“Aos 28 dias do mês de janeiro de 2026, pelas 20h, no Salão Nobre dos Espaços do*
45 *Conselho, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Évora, tendo*
46 *deliberado o seguinte. Foi aprovado por unanimidade a substituição do membro da CPCJ.*
47 *Foram aprovados, por maioria, os documentos previsionais de gestão para o ano de 2026.*
48 *Foi aprovada, por maioria, a autorização prévia para compromissos plurianuais no ano de*
49 *2026, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos sem Atraso. Foi aprovado,*
50 *por maioria, a contratação de eventuais empréstimos de curto prazo do ano de 2026 para*
51 *ocorrer a dificuldade de tesouraria.*

1 Foi aprovado, por maioria, o mapa pessoal para o ano de 2026. Foi aprovado, por
2 unanimidade, o regulamento das tabelas, taxas e outras receitas do município de Évora.
3 Atualização de valores para o ano de 2026. “
4

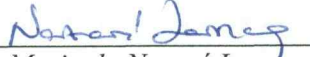
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a Ata em minuta. A
6 Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as
7 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº
8 75/2013, de 12 de setembro.

9 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
10 terminada a sessão, pelas vinte e três horas, da qual para constar se elaborou a presente Ata
11 que os membros da Mesa subscrevem e assinam.
12

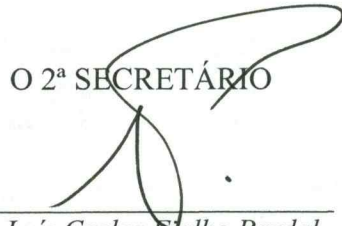
13
14 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

15
16 
17 Jorge Quina Ribeiro de Araújo
18
19

20
21 A 1ª SECRETÁRIA

22
23 
24 Maria da Nazaré Lança
25

O 2ª SECRETÁRIO


Luís Carlos Fialho Pardal